

PPGECOP3186 - TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

ANÁLISE ECONÔMICA DE PROCESSOS POLÍTICOS

PROFESSOR MAURÍCIO SOARES BUGARIN

Eco/UNB

Maurico.s.bugarin@gmail.com, www.bugarinmauricio.com

Segundas e quartas das 16 às 18h

OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA

Oferecer aos alunos subsídios para compreenderem os fatores políticos e econômicos que afetam decisivamente a elaboração de políticas públicas nas democracias modernas. Para tanto, a disciplina estabelece dois objetivos específicos:

- (i) fornecer o instrumental básico da análise econômica de processos políticos, necessário para modelar a influência desses processos nas decisões públicas;
- (ii) aplicar esse instrumental à análise de problemas clássicos da área, tais como eleições, gasto público, tributação, grupos de influência, redistribuição, controle eleitoral, ciclos político-orçamentários, federalismo fiscal, entre outros.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICOS

Ao final do curso, espera-se que o aluno seja capaz de:

- (i) explicar como os processos políticos podem afetar as políticas públicas e os resultados econômicos;
- (ii) resolver modelos teóricos básicos da análise econômica de processos políticos, bem como compreender e discutir suas implicações empíricas;
- (iii) identificar pontos fortes e limitações na literatura contemporânea da área;
- (iv) formular de forma independente uma ideia de pesquisa viável que possa contribuir para o avanço do conhecimento no campo;
- (v) oferecer e receber críticas construtivas, tanto em relação ao próprio trabalho quanto ao trabalho de colegas.

EMENTA

O curso é baseado em modelos formais e em aplicações a problemas das democracias modernas, com ênfase especial no caso brasileiro. São discutidos os problemas de agregação de preferências e o Teorema de Impossibilidade de Arrow, bem como os teoremas de possibilidade, com atenção especial ao Teorema do Eleitor Mediano. Em seguida, constrói-se o modelo básico da análise econômica de processos políticos, utilizado para discutir a competição eleitoral, a convergência de plataformas políticas, o voto probabilístico, o financiamento de campanhas eleitorais, a participação eleitoral heterogênea, o debate sobre voto obrigatório versus facultativo, o papel da urna eletrônica e o efeito da desigualdade sobre o custo das campanhas eleitorais. Analisa-se, ainda, a questão do controle dos representantes após eleitos, por meio de reeleição e voto dividido. São discutidos os equilíbrios eleitorais relacionados a políticas redistributivas e os determinantes da preferência social por redistribuição de renda. Por fim, estudam-se os ciclos político-eleitorais e seu papel no federalismo fiscal e nas transferências voluntárias.

METODOLOGIA

A disciplina terá como base o livro-texto Persson e Tabellini (2000), complementado por artigos de pesquisa, e consistirá em aulas expositivas, discussões e duas apresentações de trabalhos pelos alunos. Listas de exercícios serão periodicamente sugeridas para resolução domiciliar. O curso será presencial. O uso da internet será estimulado, e a disciplina contará com uma página eletrônica de acesso restrito, na qual os alunos poderão obter as listas de exercícios, os artigos indicados para leitura, bem como outras informações pertinentes.

PROGRAMA

O conteúdo programático será dividido nos tópicos abaixo. O conteúdo será ajustado de acordo com a dinâmica da turma, podendo ser reduzido ou expandido ao longo do semestre.

1. *Introdução:*

Por que um economista deve estudar ciência política?

2. *Agregação de preferências e instituições*

O Teorema da impossibilidade de Arrow. Soluções: restrições nas preferências e nas instituições. Exemplos.

3. *Competição eleitoral Downsiana e o Teorema do Eleitor Mediano*

O modelo básico de análise. O modelo de Downs. O Teorema do Eleitor Mediano. Aplicação: a extensão do sufrágio eleitoral e a evolução o tamanho do estado.

4. *Voto probabilístico*

Choques aleatórios de preferências. Classes sociais e heterogeneidade ideológica em classes sociais. Aplicação: A força eleitoral da homogeneidade ideológica.

5. *Ideologia partidária*

Viés ideológico e rigidez ideológica em partidos. Divergência programática. Aplicação: O custo eleitoral da radicalização ideológica.

6. *Grupos de interesse e financiamento de campanhas eleitorais*

Grupos de interesses organizados e desorganizados. A decisão de contribuição eleitoral dos grupos organizados. O viés em prol dos grupos de interesse. Ideologia partidária e contribuição eleitoral dos grupos de interesse. Financiamento público e privado de campanhas eleitorais. O modelo de “protection for sale” de Grossman e Helpman. Aplicação: A influência do poder econômico.

7. *Participação eleitoral heterogênea, voto obrigatório e urna eletrônica*

Participação eleitoral heterogênea por classe social. Voto obrigatório versus facultativo. A tecnologia de voto eletrônico e o gasto público. Aplicação: O benefício do direito do voto *de facto* e um teste para o Teorema do Eleitor Mediano.

8. *Desigualdade e custo das campanhas eleitorais*

O papel da desigualdade de renda no custo das campanhas eleitorais. Aplicação: A importância da regulação das campanhas eleitorais em sociedades desiguais.

9. *Desvio de recursos e controle eleitoral: reeleição*

Competição eleitoral eficiente e ineficiente. Os conceitos de *enforceability*, *verifiability*, *observability* e *accountability*. Carreira política e controle eleitoral.

10. *Controle eleitoral: Ciclos eleitorais*

Ciclos políticos de negócios. Ciclos partidários. Ciclos político-orçamentários.

11. *Controle eleitoral: voto dividido*

Negociação no legislativo. Negociação Legislativo-Executivo e o voto dividido.

12. *Mídia social e radicalização estratégica*

Deve-se focar os gastos de campanha na mídia tradicional ou nas mídias sociais?

13. *Federalismo fiscal e transferências partidárias*

Transferências intergovernamentais e transferências partidárias. Aplicação: Transferências intergovernamentais e a perda do benefício de seleção do ciclo político orçamentário.

14. *Bens públicos locais e o debate entre política pública focalizada e de acesso universal*

Vantagens relativas de uma política pública focalizada relativamente à universal.

Apoio social a uma alteração no foco da política pública. Aplicação: a dificuldade da transição.

15. *Tópico adicional: Incentivos à inação e à corrupção no serviço público brasileiro*

O efeito do “Princípio da Legalidade” sobre o comportamento dos funcionários públicos.

16. *Tópicos adicionais (se o tempo permitir)*

Programa bolsa família, o Judiciário, preferência social por redistribuição, Direito e Economia, etc.

BIBLIOGRAFIA

A disciplina será baseada no livro texto clássico a seguir, além das notas de aula e dos artigos de referência básica.

Torsten Persson e Guido Tabellini, 2000. *Political Economics: Explaining Economic Policy*, Cambridge: MIT Press. ISBN: 0-262-1695-8.

Outros livros de referência básica são:

1. Acemoglu, D. (2003). *Lecture Notes for Political Economy of Institutions and Development*, 14.773. Disponível em: <http://economics.mit.edu/files/7625>.
2. Alesina, A., Roubini, N. e Cohen, G. (1997). *Political Cycles and the Macroeconomy*. Cambridge: MIT Press.
3. Austen-Smith, D. e Banks, J. *Positive Political Theory I – Collective Preferences*. Michigan: Univ. of Michigan Press, 2000.
4. Banks, J. S. (1995). *Modern Political Economy*. New York: Cambridge University Press.
5. Banks, J. S. (1991). *Signaling Games in Political Science*. Langhorne: Harwood Academic Publishers.
6. Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row.
7. Drazen, A. (2000) *Political Economy in Macroeconomics*, New Jersey: Princeton University Press.
8. Gehlbach, S. (2013). *Formal Models of Domestic Politics*. Cambridge University Press.
9. Grossman, G. e Helpman, E. (2001). *Special Interest Politics*. Cambridge: MIT Press.
10. Morrow, J. D. (1994). *Game Theory for Political Scientists*. Princeton University Press.
11. Mueller, D. C., (2003). *Public Choice III*, Cambridge Books, Cambridge University Press.
12. Mueller, D. C. (1989). *Public Choice II*, Cambridge: Cambridge University Press.

13. Mueller, D. C. (1997). *Perspectives on Public Choice: A Handbook*, New York: Cambridge University Press.
14. Osborne, M. J. (2024). *Models in Political Economy: Collective choice, voting, elections, and rebellion*. Mimeo. Gratuito: <https://www.economics.utoronto.ca/osborne/mpe>
15. Robinson, J. A. e Acemoglu, D. (2012). *Why nations fail: The origins of power, prosperity and poverty*. London: Profile.

Lista parcial de artigos complementares:

1. Baerlocher, D.; Schneider, R. (2021) "Cold bacon: co-partisan politics in Brazil". **Public Choice** 1-22.
2. Baron, D. (1994), "Electoral Competition with Informed and Uninformed Voters". **American Political Science Review** 88, 33-47.
3. Barro, R. J. (1973). "The control of politicians: an economic model". **Public Choice** 14: 19-42.
4. Brollo, F.; Nannicini, T. (2012). "Tying your enemy's hands in close races: the politics of federal transfers in Brazil". **American Political Science Review** 106(4): 742-761.
5. Bugarin, M. (1999). "Vote Splitting as Insurance Against Uncertainty", **Public Choice**, 98: 153-169.
6. Bugarin, M. (2003). "Vote Splitting, Reelection and Electoral Control: Towards a Unified Model". **Social Choice and Welfare**, 20(1):137-154
7. Bugarin, M. (2015). *Inequality and the Cost of Electoral Campaigns in Brazil and Japan*. Saarbrück: LAP LAMBERT Academic Publishing.
8. Bugarin, M. (2023). "Will democracy support switching from Targeting to Universalism?", **The Japanese Political Economy**.
9. Bugarin, M.; Ferreira, I (2021). "Partisan intergovernmental transfers: empirical evidence, political and economic effects, and the electoral rationale". **Revista do Serviço Público**, volume especial em homenagem a Jorge Vianna Monteiro, 72: 41-66, 2021.
11. Bugarin, M.; Hazama, Y. (2014). "Consumer economic confidence and preference for redistribution: Main equilibrium results". **Economics Bulletin** 34(3): 2002-2009.
12. Bugarin, M.; Hazama, Y. (2024). "Preferences for social insurance: the role of job security and risk propensity". **Economics of Governance** 25: 233–255
13. Bugarin, M.; Marciniuk, F. (2017). "Strategic partisan transfers in a federation: Evidence from a new Brazilian database". **Journal of Applied Economics** 20(2): 211-239.
14. Bugarin, M.; Portugal, A. (2021). "Dormant voters, social media, and strategic radicalism: Understanding Brazilian 2018 Presidential election strategies – Expanded abstract". **Simpósio Interdisciplinar sobre o Sistema Político Brasileiro**, IMPA, 5 a 9 de julho de 2021.
15. Bugarin, M.; Portugal, A. (2015). "Should Voting Be Mandatory? The effect of compulsory voting rules on candidates' political platforms". **Journal of Applied Economics** 18(1): 1-20.
16. Ferejohn, J. (1986). Incumbent performance and electoral control. **Public Choice** 50(1), 5-25.
17. Ferreira, D. C.; Bugarin, M. "Reeleição, Regras Fiscais e Federalismo: Evolução dos Incentivos Eleitorais no Brasil" (2024). **Cadernos de Finanças Públicas**: 24, 01. DOI: <https://doi.org/10.55532/1806-8944.2024.234>.
18. Ferreira, I. F. S.; Bugarin, M. (2007). "Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro". **Revista Brasileira de Economia** 61(3): 271-300.

19. Ferreira, I.; Bugarin, M. (2005). "Transferências Voluntárias no Federalismo Fiscal Brasileiro: Efeito do Ciclo Fiscal de Meio de Mandato sobre as Eleições Municipais", in: ESAF (org.): Finanças Públicas: IX Prêmio Tesouro Nacional: 221-278, Brasília: ESAF.
20. Hotelling, H. (1929). "Stability in competition". **Economic Journal**, 39: 41-57.
21. Ledyard, J. (1984), "The Pure Theory of Large Two-Candidate Elections". **Public Choice** 44:4-71.
22. Levitt, S.; Snyder, J. (1995), "Political Parties and the Distribution of Federal Outlays", **American Journal of Political Science** 39: 958-80.
23. Lindbeck, A.; Weibull, J. 1987. "Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition". **Public Choice** 52.3: 273-297.
24. Marciniuk, F.; Bugarin, M.; Ferreira, D. (2020). "Motivação Partidária nas Transferências Voluntárias da União: O papel do Legislativo Federal". **Estudos Econômicos** 50(2):261-291.
25. Marciniuk, F.; Bugarin, M. (2019). "A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais". **Revista Brasileira de Economia** 73(2): 182-212.
26. Meltzer, A. H.; Richard, S. (1981). "A Rational Theory of the Size of Government". **Journal of Political Economy** 89(5): 914-927.
27. Meneguín, F.; Bugarin, M. (2001). "Reeleição e Política Fiscal: Um Estudo dos Efeitos da Reeleição nos Gastos Públicos". **Revista de Economia Aplicada**, 5(3): 601-622.
28. Merlo, A. (2005). "Whither political economy? Theories, facts and issues". PIER Working Paper 05-033 (<https://core.ac.uk/download/pdf/6330371.pdf>)
29. Osborne, M. (1995). "Spatial models of political competition under plurality rule: a survey of some explanations of the number of candidates and positions they take". **Canadian Journal of Economics**, 27: 261-301.
30. Osborne, M.; Slivinsky, A. (1996). "A model of political competition with citizen-candidates". **Quarterly Journal of Economics**, 111: 65-96.
31. Pinto, G. P.; Bugarin, M.; Schneider, R. (2025). "Politics and Public Banks: BNDES Loans to Local Governments in Brazil" **Economía LACEA Journal**, no prelo.
32. Portugal, A.; Bugarin, M. (2007). "Electoral Campaign Financing: The Role of Public Contributions and Party Ideology". **Economía**, Journal of the Latin American and Caribbean Economic Association (LACEA) 8 (1): 143-171.
33. Roviello, F.; Bugarin, M. (2022). "Desigualdade social e financiamento de campanhas nos municípios brasileiros". **E-Legis** (Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados) 37: 262-298.
34. Roviello, Felipe; Bugarin, Mauricio. (2025). "Income inequality and elections' financing: New evidence from Brazil and Japan", **The Japanese Political Economy**, 1–29.
<https://doi.org/10.1080/2329194X.2025.2463028>
35. Schneider, R.; Bugarin, M.; Athias, D. (2020). "Electronic voting and public spending: the impact of de facto enfranchisement on federal budget amendments in Brazil". **Journal of Applied Economics** 21(1): 299-315.
36. Schneider, R.; Bugarin, M.; Athias, D. (2019). "Does Enfranchisement Affect Fiscal Policy? Theory and Empirical Evidence on Brazil". **Economics of Governance** 20, 389–412.
37. Stuckert, R.; Bugarin, M. (2024). "Transferências Intergovernamentais Voluntárias Estratégicas: Uma análise para as regiões sul e sudeste do Brasil". **Revista do Serviço Público**, 75(2): 290-310

38. Umeno, G.; Bugarin, M. (2008). "Electoral Control in the Presence of Moral Hazard and Adverse Selection". **Brazilian Review of Econometrics** 28(1):17-50.

AVALIAÇÃO

Será realizada uma avaliação escrita (Controle) que contribuirá com 15% da nota final e uma prova escrita que contribuirá com 30% da nota final.

Os alunos deverão formar grupos de até 2 componentes para desenvolver um trabalho final que consistirá na aplicação do instrumental estudado a algum problema de Economia Política. Dado o limitado tempo à disposição dos alunos, o trabalho poderá apresentar apenas soluções parciais. Alternativamente, *o grupo poderá optar por apresentar uma revisão da literatura sobre um tema específico de Política e Economia não desenvolvido em classe*. O tema do trabalho final deverá ser apresentado oralmente à turma e entregue ao professor por e-mail em relatório escrito. O relatório e sua apresentação oral contribuirão com 15% da nota final. O trabalho final será apresentado em sala de aula e entregue por e-mail. A nota do trabalho final corresponderá a 20% da nota final. A apresentação oral corresponderá a 10% da nota final. Instruções sobre a elaboração do projeto, do trabalho final e de suas respectivas apresentações orais serão disponibilizadas na página da disciplina.

Neste semestre, serão cobradas a presença e a participação em classe, que contarão com 10% da nota final. Ademais, os alunos que assistirem a pelo menos 70% dos seminários do semestre promovidos pelo EPRG/PPGECO terão um acréscimo de 5% (5 pontos sobre a média final em 100) em sua nota final. Além disso, os alunos que estiverem matriculados na disciplina de seminários (PPGECO6540 — Seminário de Política Econômica 2), atualmente oferecida pelos professores do ECO, receberão um acréscimo adicional de 5% à média final.

Os pesos da avaliação encontram-se resumidos a seguir.

1. Controle: 15%
2. Apresentação de Proposta de Trabalho Final: 5%
3. Proposta de trabalho final: 10%
4. Prova: 30%
5. Apresentação de trabalho final: 10%
6. Trabalho final: 20%
7. Assiduidade: 10%
8. Adicional seminários EPRG/PPGECO: 5%
9. Adicional disciplina de seminários: 5%

ATENDIMENTO

Estarei à disposição dos alunos para esclarecimento de dúvidas após as aulas. Favor confirmar interesse por e-mail. O professor também responderá às consultas feitas por e-mail.

INSCRIÇÃO NA PÁGINA DA DISCIPLINA

Por favor, cadastre seu e-mail na página www.bugarinmauricio.com (canto superior direito) para receber os posts correspondentes.

A disciplina terá uma página na web no seguinte endereço:

<https://bugarinmauricio.com/2025-ii-topicos-especiais/>

Alternativamente, entre no blog: www.bugarinmauricio.com e encontrará o acesso à disciplina na aba: Teaching

Haverá um código de acesso à página que será informado em aula.